

Meio ambiente "paga a conta" da má ocupação econômica de Mato Grosso

Sandra Linck*

A má ocupação do cerrado, a mineração semi-clandestina, as queimadas e todas as suas consequências são atualmente os maiores problemas ambientais de Mato Grosso. Esta é a conclusão de um estudo realizado pela Associação Mato-Grossense de Ecologia (AME) - entidade ambientalista fundada em 1985 - apontando a origem do processo predatório na ocupação econômica da região. No início da década de 70 os governos militares desenvolveram programas de colonização em Mato Grosso, como forma de resolver os conflitos agrícolas do sul do país. Mas em poucos anos o projeto de ocupação explodiu em contradições. E sem um criterioso planejamento, todo potencial econômico e ecológico de Mato Grosso irá sofrer danos irreparáveis e irreversíveis.

A ocupação agrícola ocorreu através do repasse de terras do Estado para empresas colonizadoras que as venderam a pequenos produtores, atraídos em massa para a região. Os bancos financiaram as terras e o governo ofereceu uma série de incentivos fiscais. Porém, o alto custo da produção agrícola e pecuária e a não adequação ao solo das culturas implantadas, levaram ao crescente endividamento do pequeno produtor que, sem colheita, foi obrigado a vender suas terras e a engrossar o contingente de desempregados. O modelo de ocupação agrícola ampliou as terras dos latifundiários e não fixou o homem à terra.

Esta mão-de-obra excedente foi tentar a vida nos garimpos e centros urbanos do Estado. A mineração, ainda semi-clandestina, mobiliza quase um milhão de pessoas que trabalham em condições sub-humanas e causa graves problemas ambientais ao Estado. Conforme o estudo elaborado pela Associação Mato-Grossense de Ecologia, a despeito do alto lucro que a atividade garimpeira traz aos proprietários, não paga nenhum tipo de imposto e muito menos é normatizada pelo poder público.

Os estragos ao meio ambiente causados pelo garimpeiro vão desde a mudança do curso dos rios, assoreamento, destruição da vegetação ribeirinha até a descaracterização



da paisagem e poluição pelo mercúrio. Como não há legislação normatizando a questão, os mineradores e garimpeiros atuam em qualquer lugar. Conforme a AME, a destruição do meio ambiente é absolutamente irreversível junto às cabeceiras dos rios. Alguns dos principais afluentes do Amazonas estão com seu curso descaracterizado em centenas de quilômetros. As nascentes dos rios da Bacia da Prata e do Amazonas estão bastante comprometidas.

Além do estrago imediato do meio ambiente, o garimpeiro envolve outros problemas sociais complexos, como conflito entre indígenas, acidentes de trabalho, doenças, contrabando e prostituição. Todas estas questões assumem proporções assustadoras porque a quantidade de pessoas, grupos e interesses conflitantes é enorme. O mais grave é que o poder público não toma nenhuma medida para iniciar o equacionamento desta questão que de acordo com o estudo da AME é o principal foco de destabilização econômica, social e ambiental do Estado.

As queimadas de milhares de hectares de floresta na Amazônia Legal - que inclui parte de Mato Grosso - e cerrado, é outro grave problema ecológico do Estado, apontado no estudo realizado pela AME e, tido como mais uma consequência do modelo de ocupação agrícola que favoreceu a formação dos grandes latifúndios improdutivos. Na discussão sobre a reforma agrária, o lobby dos latifundiários conseguiu garantir através do artigo 185 da Constituição Federal, a intocabilidade da propriedade privada. Várias áreas, consideradas latifúndios por dimensão, puderam ser desmatadas, queimadas e transformadas em pastagens com uma pequena quantidade de cabeças de gado para que fossem consideradas "produtivas", tornando-se insusceptíveis para fins de reforma agrária.

Além do uso de queimada criminoso,

empregada para burlar as conquistas da Constituição de 1988, é muito comum a sua utilização como técnica de manejo do solo entre os agricultores. O modelo de ocupação do Estado, baseado na monocultura e empregando grande variedade de defensivos agrícolas e fertilizantes, acarreta profundas alterações ambientais na região, na medida em que os rios que formam o Pantanal Mato-Grossense nascem no cerrado. Caso a ocupação continue no mesmo ritmo inviabiliza-se o estudo científico destes ecossistemas - Pantanal e Cerrado - tidos como um banco de informações biológicas e genéticas, além de cessar o aproveitamento dos recursos da região.

O mais agravante neste quadro - conforme estudo elaborado pela AME - é que os conflitos citados contam com ação de segmentos do governo como elemento dinamizador, particularmente no que se refere ao papel fiscalizador do Estado. Por um lado a legislação não é cumprida e por outro há sempre um dispositivo legal para viabilizar os interesses particulares de fortes grupos econômicos.

*Sandra Linck - é jornalista



The environment "pays the bill" for the economical misuse of Mato Grosso

by Sandra Linck*

The misuse of the scrub land, semi-clandestine mining, the fires and all their consequences are presently the greatest environmental problem in Mato Grosso. This is the conclusion reached by a study performed by the Matogrossense Ecological Association (AME) - an environmental body founded in 1985 - pointing out the origin of the predatory process in the economic use of the region.

At the beginning of the 70's the military government developed colonisation programmes in Mato Grosso as a way of resolving the agricultural conflicts in the south of the country. Within a few years the project erupted in contradictions. Without critical planning all the economic and ecological potential of Mato Grosso will suffer irreparable and irreversible damage.

The agricultural invasion of the land occurred through the state giving colonising companies tracts of land which they then sold to small producers, attracted to the region en masse. The banks financed the land and the government offered a series of financial incentives. However the high cost of agricultural production and cattle raising and the poor quality of the soil on the plantation left the small producers ever deeper in debt. He was obliged to sell his land and increase the number of unemployed. The model of agriculture invasion increased the lands of the larger estates and did not bind men to the earth.

This excess of labour went to try to make a living in the mines and small towns of the state. Mining, still semi-clandestine provides work for almost a million people who work in sub-human conditions and causes serious problems to the environment of the state. According to a study performed by the AME despite the high profits earned by the owners of the mines it does not pay any type of tax and is much less accepted by the public. The damage caused by the mines to the environment from the diversion of the rivers, destruction of river vegetation to the discharacterization of the country side and mercury pollution. Since there is no legislation regulating this issue, the miners work wherever they want. According to the AME the destruction of the environment is absolutely irreversible at the sources of the river. Some of the principal tributaries of the Amazon have been diverted hundreds of kilometres. The springs of the rivers of the Baía do Prata and Amazonas are highly endangered.



Apart from the immediate damage to the environment the mines cause complex social problems such as conflict between Indians, industrial accidents, illnesses, smuggling and prostitution. All these issues assume surprising proportions because the quantity of people, groups and conflicting interests is enormous. The worst is that the public take no measures to begin the stabilisation of this issue which according to the study by AME is the main focus of destabilisation economically, socially and environmentally in the state.

The forest fires of thousands of hectares of forest in legal Amazonia - which includes part of Mato Grosso - is another serious ecological problem in the state, as is pointed out by the study performed by AME and is one more consequence of the model of agricultural invasion which favoured the formation of large and unproductive estates. In the discussion about agrarian reform the large estate lobby managed to guarantee the immunity of private property through article 185 of the federal constitution. Various areas, considered large estates due to their size can be deforested, burned and made into pasture, with a small quantity of cattle, because they would be considered "productive", and as such insusceptible to agrarian reforms.

Apart from the use of criminal burning used to sidestep the achievements of the 1988 constitution, it also very commonly used as a technique to manage the soil among the farmers.

The model of agricultural invasion of the state, based on monoculture and using a great variety of pesticides and fertilizers leads to profound environmental alterations in the region exactly where the rivers which make up the Pantanal are born in the scrubland. If the invasion continues with the same rhythm the scientific study of the ecosystems of the Pantanal and the scrubland will be made impossible, having been a bank of biological genetic information, as well as being the end of the use of the resources of the region.

The most aggravating thing on this list - according to the study done by AME - is that the guarded conflicts rely on the actions of sections of the government as a motivating element, particularly when referring to the financial role of the state. For one thing the legislation is not fulfilled and for another there is always a legal disposition to allow the private interests of strong economic groups.

*Sandra Linck - is journalist

CONHEÇA MATO GROSSO...



(065)322-3849

Mato Grosso
PALACE HOTEL

(065)322-9304

Hotel Fazenda
Mato Grosso

(065)361-2980

AGUAS
QUENTES

(065)322-9304

